

## A segregação espacial de uma minoria na Lisboa Medieval:

### As judiarias (séc. XII a 1383)

Carlos Guardado da Silva<sup>1</sup>

#### As origens...

Em crescimento desde finais do século IX, a cidade de Lisboa conheceu um novo poder, sob o signo da cristandade, a 25 de Outubro de 1147, após a sua conquista por Afonso Henriques, e a rendição do poder islâmico, quatro dias antes. Lisboa era uma cidade cercada por uma muralha erguida em inícios do século IV, reedificada entre finais do século X e inícios do séc. XI<sup>2</sup>, na sequência da investida de Ordoño III, rei de Leão, em 953, referida no *Chronicon de Sampiro*<sup>3</sup>. E era também, aquando da sua conquista, a maior cidade do *Gharb al-Andalus*, densamente povoada, que somava aos 15 hectares de espaço intra-muros dois arrabaldes junto das muralhas - em Alfama e a Ocidente<sup>4</sup> -, estendendo-se a área urbana por cerca de 30 hectares, com uma população que atingiria o número de 20 a 25 mil habitantes.

Precisamente no arrabalde a ocidente da cidade encontrava-se, desde pelo menos o reinado do primeiro monarca, uma judiaria, datando a sua primeira menção de 1175, registada a *aljazaria*<sup>5</sup> de *Judeos* num documento do cartório do mosteiro de Chelas<sup>6</sup>. Uma presença na baixa lisboeta, muito provavelmente anterior à conquista cristã da cidade que poderá explicar a ocupação relativamente tardia do espaço mais afastado da muralha da “baixa” de Lisboa em redor da judiaria, apesar da presença da paróquia de Santa Maria

---

<sup>1</sup> Responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras e Professor do Curso de Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [carlos.guardado@clix.pt](mailto:carlos.guardado@clix.pt).

<sup>2</sup> SILVA, Augusto Vieira da - *A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 34 e ss.

<sup>3</sup> «*Chronicon de Sampiro*». In *España Sagrada*, tomo XIV, P. M. Fr. Enrique Florez, 1786. p. 469.

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto - *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa : Vega, 2001.

<sup>5</sup> De «aljazar», termo de origem árabe <al-jazār>, significando ‘terreno seco, cercado de água do mar’. Cf. HOUAISS, Antônio ; VILLAR, Mauro - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2002. P. 207.

<sup>6</sup> «... unas nostras casas quam habuimus Ulixbone in collatione Sancta Maria Magdanela ubi vocant aliazaria de Judeos et isti sunt termini eius.». ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 8, n.º 142. 1175.

Madalena ser anterior a 1164<sup>7</sup>. Todavia, parece testemunhá-lo a fundação, mais tardia, das paróquias de São Julião e São Nicolau, porém já instituídas em 1191<sup>8</sup>, altura em que encontramos completamente estruturada a rede paroquial da cidade medieval.

A presença da comunidade judaica era consentida no arrabalde da cidade desde D. Afonso Henriques, em bairro próprio, tal como a mouraria, tendo-lhe sido destinada uma zona desprotegida, alvo das sucessivas incursões dos piratas muçulmanos, mais intensas no período anterior a 1217, que se apoiavam em Alcácer do Sal para as investidas levadas a cabo nas terras cristãs a norte. Um núcleo populacional judeu, no sítio mais tarde designado de *Judiaria Velha*, cuja fundação desconhecemos<sup>9</sup>, localizando-se próximo de um provável pequeno núcleo populacional em torno da ermida de São Gião, indiciando o hagiotopónimo uma anterior moçarabia. Para os judeus, certamente a proximidade ao porto tornar-se-ia apetecida, dado o grande número na comunidade de *mercadores e gentes do trato*<sup>10</sup>.

A presença da *Aljazaría do Judeos* é também o testemunho da existência de judiarias desde o primeiro reinado, apesar da não obrigatoriedade da vivência separada, em bairro próprio, dos judeus e dos cristãos, prerrogativa que se tornará obrigatória a partir do IV concílio de Latrão, que teve lugar em 1215. Promessa que D. Dinis assumiria para com a Igreja na sequência da resolução do contencioso que mantinha com aquela e que herdara de seu pai<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> ANTT - *Direitos Reais*. Livro II, 1178; CASTRO, João Bautista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. e aument. Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1763. Tomo 3. p. 361.

; SILVA, Augusto Vieira da - *As freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*. Lisboa: Câmara Municipal, 1943. p. 33. SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. p. 115. CASTRO, J. Baptista de - *Mappa de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. 1763. 3.<sup>o</sup> Vol., p. 361.

<sup>8</sup> Traslado datado de 1346 da divisão das igrejas da diocese entre o prelado e o Cabido de Lisboa de 1191. Veja-se a nota 1372 em FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. p. 249.

<sup>9</sup> IDEM - *Ibidem*. p. 174.

<sup>10</sup> Trata-se do título do livro dado à estampa sob a direcção científica de ALMEIDA, A. A. Marques de, dir. científ. - *Mercadores e gentes do trato : Dicionário dos Sefarditas Portugueses*. Lisboa : Campo da Comunicação, 2009.

<sup>11</sup> Este diferendo, que opunha o rei e o clero, foi objecto de discussão nas Cortes de Lisboa, em 1285, questão que D. Dinis já *feito rei* procurava resolver havia quatro anos, desde pelo menos 1281, e que se prolongaria por uma década, resultando na concordata de 12 de Fevereiro de 1289, a primeira entre Portugal e a Santa Sé, em 40 artigos, aos quais se juntariam posteriormente outros onze artigos, já em tempo do papa franciscano Nicolau IV, a 7 de Março do ano seguinte, pela bula *Occurrit nostrae considerationis*, levantando-se o interdito sobre o

Todavia, tal situação não se verificaria, continuando os judeus a viver nas suas casas em bairros cristãos.

E é também o testemunho da relação que Afonso Henriques, tal como o seu sucessor manteriam com a comunidade judaica, servindo-se da mesma para a conquista e o povoamento do território. Assim se entende a doação determinadas propriedades a Yahia ben Yaisch por Afonso Henriques, como forma de reconhecimento do auxílio prestado ao monarca na luta contra os mouros, nomeadamente na conquista de Santarém, a 15 de Março de 1147<sup>12</sup>, tornando-se aquele senhor de Unhos, Frielas e Aldeia dos Negros<sup>13</sup>. À doação de bens de raiz juntou-se a outorga de privilégios, como parece testemunhar o texto da confirmação do foral de Lisboa, por D. Sancho I. Ao confirmar o foral outorgado por seu pai, o rei ordenava que todos os judeus feridos se queixassem ao alcaide ou alvazis, acrescentando *assi como foy costume no tempo de meu padre*<sup>14</sup>. Protecção que remontava, pelo menos, a 1179, data a partir da qual parece ser possível atestar a presença do cargo de alvazil na cidade de Lisboa.

No reinado de Sancho I, o almoxarife mor do rei, Yussef ben Yahia, neto de Yahia ben Yaisch, mandou edificar, sob autorização régia, a sinagoga da comuna de Lisboa<sup>15</sup>, muito provavelmente um sinal do crescimento da comunidade. Ao mesmo tempo estabelecia-se a comuna de Lisboa<sup>16</sup>, tendo a sinagoga por centro agregador, onde acorriam os fiéis à oração ao som do chamamento do sino. Aqui se instalava a sede do governo político e administrativo da comuna. *Nela se tratam os diversos assuntos, desde a eleição e investidura dos magistrados*, à leitura dos impostos que cabia a cada judeu

---

reino a 30 de Junho de 1290. Cf. *Ordenações Afonsinas*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. II, p. 3-44; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2005. p. 102.

<sup>12</sup>Yahia Ben Yahia (Lisboa) [Em Linha]. Disponível no endereço da URL, em [http://www.angelfire.com/ego/et\\_deo/davidicdynasty.wps.htm](http://www.angelfire.com/ego/et_deo/davidicdynasty.wps.htm). [Acedido em 15 de Maio de 2012].

<sup>13</sup>TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 14.

<sup>14</sup> AHML- *Livro dos Pregos*, fl. 3; *Místico de Reis*, Liv. 1, fl. 2. Marques, João Silva - *Descobrimentos Portugueses*. Lisboa : 1945. Suplemento ao vol. I, p. 6-7.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres. Porto : Portucalense Editora, 1967. Vol. 1, p. 207.

<sup>16</sup> AMADOR DE LOS RIOS, José - *Historia social política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. Madrid, 1875. Vol. 1, p. 269.

pagar<sup>17</sup>. A distinção entre comuna e judiaria é bem clara<sup>18</sup>, testemunhando-a, a título de exemplo, um documento de D. Fernando, de 17 de Julho de 1371, referindo-se aquela ao governo da comunidade judaica e esta ao espaço físico habitado pelos judeus. Trata-se de uma carta de privilégios, em que o monarca isenta os judeus de Lisboa da obrigatoriedade de darem pousadoria:

*Sabede que eu querendo fazer graça e mercee ao Comum dos Judeus da cidade de Lixboa, tenho por bem e mando que nom pousem nas judarias dos judeus dessa cidade nenhuuns da minha mercee nem dos iffantes meus irmãos nem dos concelhos nem outras pesoas nenhumas porque vos mando e defendo que nom dedes pousadas em nas dictas judarias a nenhuma pessoa<sup>19</sup>.*

Deste modo, a Comuna é a entidade administrativa, referindo-se o termo judiaria ao bairro dos judeus, na maioria das vezes confinado a uma rua. Apesar de se identificarem em certas localidades, tal não acontece em Lisboa onde, para além da existência de uma judiaria anterior, o seu número multiplica-se sob o governo da mesma entidade administrativa: a comuna de Lisboa.

### As judiarias

Na cidade de Lisboa, na Baixa Idade Média, conhecemos três judiarias:

A primeira, seguindo a cronologia, designada simplesmente por *a judiaria*, alterando-se mais tarde a referência à mesma na documentação, com a criação de outra judiaria, para *Judiaria Velha* ou *Judiaria Grande*. Trata-se da Judiaria mais antiga, fundada muito provavelmente em data anterior à conquista de Lisboa, e de que se conhece a primeira referência de 1175<sup>20</sup>, como vimos anteriormente. Sobretudo por *Judiaria Velha* tornou-se conhecida na documentação, a partir do reinado de D. Afonso III. Estendia-se entre as igrejas de Santa Maria Madalena, São Nicolau e São Julião e as antigas ruas da Correaria, Ouriversaria, Poço da Fotea e rua que de São Julião se dirigia para

---

<sup>17</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.ª ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 13.

<sup>18</sup> IDEM - *Ibidem*. p. 22.

<sup>19</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 1, fl. 77.

<sup>20</sup> ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 8, n.º 142.

São Nicolau, entre a rua Nova e as ruas de São Nicolau, Madalena e São Julião. A zona próxima do poço da Fotea, atingindo as judiarias grande e nova<sup>21</sup>, foi destruída no reinado de D. Fernando, aquando da invasão das tropas castelhanas comandadas por Henrique II<sup>22</sup>.

A segunda, a *Judiaria Nova* ou *Pequena*, por oposição à Judiaria Velha ou Judiaria Grande, ou ainda *Judiaria das Taracenas*, que ficava a ocidente da igreja de São Julião, reduzindo-se a uma rua, designada por rua da Judiaria. Já existiria em 1 de Agosto de 1308, data da compra de umas casas sitas na Judiaria Velha, inserta no cartório do mosteiro de Chelas, por Gil Reinel, Miguel Reinel, Beeita Reinel e filhos do já defunto mestre Reinel a Isaac Galego, filho de Beeito Cide, e Aviziboa, sua mulher, junto à rua dos Carpinteiros<sup>23</sup>. Em 1370, D. Fernando mandou, porém, derrubar parte da mesma para acrescentar as casas das taracenas. Para sua substituição, o monarca doou a sua adega, junto da Judiaria Velha, de modo a que se fizesse nela uma rua com casas de ambos os lados, para os ditos judeus morarem, abrindo nela duas portas, uma junto do adro da igreja de São Nicolau e a outra virada para a Judiaria Velha<sup>24</sup>. A sua fundação é anterior à doação do Campo da Pedreira, não podendo aceitar-se a afirmação de Augusto Vieira da Silva, de que esta judiaria seria consequência da expulsão dos judeus de suas casas na Pedreira, como notara Maria José Ferro Tavares<sup>25</sup>.

A terceira, a *judiaria de Alfama*, junto da torre de São Pedro, foi criada durante o reinado de D. Pedro I, atestando-se a sua existência num documento da chancelaria régia, datado de 4 de Novembro de 1357<sup>26</sup>. Trata-se da *confirmação dos judeus d'Alfama de Lixboa*, fazendo recuar a fundação da

---

<sup>21</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010. p. 24.

<sup>22</sup> ANTT - *Estremadura*. Liv. 10, fl. 201. ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 1, fl. 41v.; ANTT - *Chancelaria de D. Duarte*. Liv. 1, fl. 193. Cf. SILVA, Augusto Vieira da - «A judiaria Velha». *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. Vol. 1, p. 232.

<sup>23</sup> ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 27, n.º 536.

<sup>24</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 1 fls. 63-63v. apêndice documental n.º 35. SILVA, Augusto Vieira da - p. 226-227.

<sup>25</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 26.

<sup>26</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Pedro*. Liv.1, fl.21. Pub. MARQUES, A.H.de Oliveira, ed. - *Chancelarias Portuguesas : D. Pedro I*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984. N.º 278, p. 95

judiaria de Alfama pelo menos ao reinado do seu antecessor, D. Afonso IV. Os documentos de D. Fernando atestam a referência à *judiaria de Alfama*<sup>27</sup>, tendo sido aumentada neste reinado, devido às grandes destruições perpetradas na “baixa de Lisboa” com a investida de Henrique II de Castela, que deixaram grande parte da Judiaria Grande destruída. A judiaria ficava no interior da freguesia de São Pedro de Alfama<sup>28</sup>, entre o muro da torre de São Pedro, no actual largo de São Rafael, e a muralha da cerca fernandina<sup>29</sup>.

Atentando na localização nas três judiarias, estas encontravam-se no coração económico da cidade medieval, uma vez que no espaço que viria a ser enquadrado pela muralha fernandina apenas encontramos tendas em Alfama e nos Brancos da Sé, junto à capela de Santo António. A sul da Judiaria Velha, paralela à muralha erguida a partir de 1294<sup>30</sup>, abriu-se, no reinado de D. Dinis, a rua Nova, onde se instalara o Tavalado. A oriente, corria a *rua ou praça dos Mercadores*<sup>31</sup> que, partindo da *Rua Nova* em direcção ao Norte, tomava a direcção Nor-Nordeste no primeiro cruzamento, atravessando a *Judiaria Grande*, até ao sítio onde se “ergueria” a *igreja de Nossa Senhora da Conceição (Velha)* [Nossa Senhora da Conceição dos Freires], na rua dos Fanqueiros<sup>32</sup>.

A Norte da Judiaria ficava a *Rua dos Bolseiros*<sup>33</sup>, o que se depreende por um contrato de aforamento de uma loja nessa mesma rua, que pertenceu a Vicente Perna e sua mulher Maria Ouro, entre D. Afonso III e João Henriques com D. Teresa, confrontando a tenda a Sul com a *Judiaria*<sup>34</sup> ou *Judiaria Velha*<sup>35</sup>. Na Judiaria Velha ficava um beco *onde foram as Carniçarias*<sup>36</sup>.

A Sul da *Judiaria Grande* ou *Velha*, partindo da *Rua Nova*<sup>37</sup>, ficava a *rua que vai para o Poço da Fotea*, ou *Rua do Poço da Fotea*, que atravessava o largo

---

<sup>27</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54. 1970 - Apêndice documental n.º 48.

<sup>28</sup> ANTT - *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 2.ª incorporação, m. 19, doc. 20, 1379 Maio 9.

<sup>29</sup> Augusto Vieira da Silva, *As freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 13.

<sup>30</sup> SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.ª ed. Lisboa: Colibri, 2010. p. 173 e ss.

<sup>31</sup> ANTT - *Estremadura*, Liv. 12, fl. 133/2-133v/2, 1272 Setembro 8.

<sup>32</sup> Não se trata da actual igreja da Conceição Velha, mas do templo primitivo. ANTT - *Chancelaria de D. Manuel*. Liv. 2, fl. 24v.

<sup>33</sup> ANTT - *Direitos Reais*, Liv. 2, fl. 59-59v, 1295 Agosto 8.

<sup>34</sup> ANTT - *Direitos Reais*, Liv. 2, fl. 126v.-127.

<sup>35</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 26, 1368 Maio 3.

<sup>36</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 31v., 1368 Setembro 4.

<sup>37</sup> ANTT - *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 2.ª incorporação, m. 19, n.º 56, 1347 Janeiro 20.

do mesmo nome<sup>38</sup>, junto da qual se encontrava a mancebia do Picoto. Junto à *Judiaria* localizava-se também a *Rua da Safoaria*, integrando a freguesia da Madalena. Tal facto testemunha-o um documento da *Chancelaria de D. Pedro*, datado de 4 de Setembro de 1366, através do qual o rei emprazou umas tendas, em duas vidas, a Domingos Peres, safoeiro, cujas tendas confrontam a Norte com a *Judiaria*<sup>39</sup>.

Também na freguesia se encontrava o *Paço dos Tabeliães*<sup>40</sup>, pelo menos desde 1331. Mas não se encontrariam aqui por muito tempo, uma vez que quatro anos antes se referir num documento de emprazamento a localização de um sótão com sobrado na *Judiaria Nova*, onde *soyan seer os tabeliões*<sup>41</sup>. Mais tarde, em 1368, os tabeliães continuavam a residir na freguesia, na *Rua de Mafalda*, no *Paço do Rei*<sup>42</sup>.

Deste modo, a *judiaria velha* localizava-se na Ribeira, próximo do principal centro económico, comercial e artesanal da cidade medieval de Lisboa, junto do porto e do antigo Canal da Flandres, onde chegavam e partiam navios em direcção ao norte da Europa, tendo sido a actividade comercial impulsionada no reinado de D. Dinis. A *Judiaria Grande* ou *Velha* ficava também em parte integrada na freguesia de São Nicolau. À *Porta da Judiaria* tinha o rei uma adega<sup>43</sup>. O mesmo acontecia com os *Açougues Velhos*<sup>44</sup> ou *Carniçaria(s) Velha(s)*<sup>45</sup>, que se localizavam na *Judiaria* (Velha) de Lisboa<sup>46</sup>, na freguesia de São Nicolau<sup>47</sup>.

Igualmente relevante parece ser a localização da *Judiaria Nova* ou da *Taracenas*, junto da ponte da Galonha<sup>48</sup>, que dava acesso à rua do Morraz, a partir da rua Nova. A *Judiaria Nova* ou *das Taracenas* integrava a freguesia de São Julião. Nela, ficava a *Porta Nova*, a Sul, confrontando a Oriente com Rua

---

<sup>38</sup> ANTT - *Mosteiro de Chelas*, m. 41, doc. 815, 1313 Novembro 20; *Mosteiro de Chelas*, m. 33, doc. 655, 1318, Fevereiro 11.

<sup>39</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. António Henrique de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, doc. 1129, p. 534-535.

<sup>40</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*, fl. 26/2, 1331 Fevereiro 27.

<sup>41</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*, fl. 11v./1, 1327 Maio 12.

<sup>42</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. 1, fl. 27, 1368 Maio 12.

<sup>43</sup> ANTT - *Estemadura*, Liv. 12, fl. 114v-115/1, 1276 Setembro 9.

<sup>44</sup> ANTT - *Direitos Reais*, Liv. 2, fl. 124 - 124v., 1285 Novembro 27.

<sup>45</sup> ANTT - *Estemadura*, Liv. 12, fl. 133/2 - 133v./2, 1272 Setembro 8.

<sup>46</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*, Liv.1, fl. 41v., 1369 Abril 10.

<sup>47</sup> ANTT - *Mosteiro de Chelas*. m. 3, doc. 58, 1276, Setembro, 8.

<sup>48</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*, fl. 19/2, 1329 Setembro 11.

Nova. Em 1327, D. Afonso IV emprazou um sôtão com sobrado, em duas vidas, a Samuel Mofareiro, junto das Taracenas, pelo preço de trinta libras. Este tivera-os anteriormente emprazados pelo preço de vinte e sete libras. O Sôtão e sobrado confrontavam a norte com o *muro da Taracena*, a Sul a *Porta Nova da Judiaria Nova*, a Oriente a *Rua Nova* e a Ocidente a *Rua do Morraz*<sup>49</sup>.

A *Rua das Taracenas* integrava o território da *Judiaria Nova*. Assim se explica que num emprazamento de umas casas, na *Rua do Morraz*, feito por D. Afonso IV a Maria Branca, se refira que confrontam a Norte com Judiaria, nomeadamente *casas en que moram os Judeus na Rua das Taracenas*<sup>50</sup>.

### As Sinagogas

O centro da vida comunal desenvolve-se em torno da sinagoga, lugar de reunião de todos os membros da comunidade judaica<sup>51</sup>. *Casa de oração, câmara de vereação, escola, tribunal*<sup>52</sup>, cabia ao rei autorizar a sua construção, sujeitando-se, no caso de infracção, ao pagamento de uma multa cinquenta libras de ouro, de setenta e dois dinheiros de ouro cada libra, no reinado de D. Fernando<sup>53</sup>.

Em Lisboa, até 1383, conhecemos três sinagogas: a da judiaria velha<sup>54</sup> ou judiaria grande, edificada de raiz em lugar fronteiro à igreja de Santa Maria Madalena, a da judiaria nova<sup>55</sup>, situada próximo do sítio do actual edifício dos Paços do Concelho, e a da judiaria de Alfama<sup>56</sup>.

---

<sup>49</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*, fl. 11v./1, 1327 Abril 14.

<sup>50</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Afonso IV*, fl. 7/1, 1326 Julho 11.

<sup>51</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 38-39.

<sup>52</sup> IDEM - *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010. p. 33.

<sup>53</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54.

<sup>54</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 25v.

<sup>55</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 29v.

<sup>56</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2. Fls. 53v.-54. Apendice 48.



A sinagoga da judiaria velha ou grande data, muito provavelmente do reinado de D. Dinis, devendo-se a sua construção a D. Judas<sup>57</sup>, rabi-mor de D. Dinis, segundo uma inscrição de 1307<sup>58</sup>, com o seguinte texto:

*(...) edifício formoso e belo construiu o opulento rabi Yahudah<sup>59</sup>, filho de Guedaliah que tem o seu assento nas assembleias dos justos e na congregação. Ao nome do Senhor levantou e construiu esta obra magnífica. E acabou a obra do nosso Deus, no primeiro dia do nosso famoso mês de Atanim, no ano cinco mil e sessenta e sete do nosso cômputo (...).*



**Lápide da construção da sinagoga grande de Lisboa [1307]**

<sup>57</sup> D. Judas dveria ter morrido em data posterior a 29 de Março de 1316, antes porém de 17 de Agosto de 1316, altura em que já encontramos Guedelha como rabi mor. Cf. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 3, fl. 100. E ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 3, fl. 105, respectivamente. O primeiro documento testemunha a associação de Guedelha, filho de D. Judas à direcção do arrabiado mor: «e pelo arraibi e per Guedelha».

<sup>58</sup> SCHWARZ, Samuel - *Inscrições hebraicas em Portugal*. Sep. da *Arqueologia e História*. p. 39. Ficava no sítio da antiga igreja da Conceição-Velha, na rua dos Fanqueiros, entre as ruas de São Nicolau e da Conceição, antes do Terramoto de 1 de Novembro de 1755. Cf. SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Os Judeus portugueses entre os descobrimentos e a diáspora*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1994. p. 42.

<sup>59</sup> D. Judas Guedelha [Judah Ben Yahia] era natural de Torres Vedras, tendo alcançado o lugar de rabi mor dos judeus (1280- 1316) na corte dionisina, o lugar mais elevado que um judeu poderia alcançar, cargo que exerceria a título vitalício, sucendendo-lhe, na primavera ou no início do Verão de 1316, o seu filho D. Guedelha, que D. Judas associara na direcção do arrabiado mor nos últimos anos da sua vida. D. Dinis recompensou D. Judas com diversas doações, entre as quais uns pardieiros em Torres Vedras, a título perpétuo, em 1280, e o *curral das tendas*, em Lisboa, em 1302. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 1, fl. 26v.º e Liv. 3, fl. 21v.º, 100 e 105. Vejam-se também TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2ª ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 53; BARROS, Henrique da Gama - «Comunas de Judeus e Comunas de Mouros». *Revista Lusitana*. Lisboa, 1937. vol. 34, p. 182.

A partir de um documento do reinado de D. João II, é-nos possível perceber a dimensão da sinagoga grande da Judiaria Velha que teria, muito provavelmente, três naves, dada a referência a uma *prymeira nave* e a uma *nave da metade*, não se tratando certamente da primitiva, contruída no reinado de D. Dinis, tendo sido alvo, pelo menos, de algum acrescentamento<sup>61</sup>.

No relato da sua viagem por Espanha e Portugal, nos anos de 1494 e 1495, intitulado *Itinerarium sive peregrinatio per Hispaniam, Franciam et Alemaniam*, Jerónimo Münzer<sup>62</sup> descreve do seguinte modo a sinagoga grande:

... No sábado, vigília de Santo André, visitei a sua sinagoga. Nunca tinha estado nestes templos. Num pátio que está diante dela cresce uma grande parreira, cujo tronco mede quatro palmos de perímetro. O interior, adornado com extrema beleza, tem uma cátedra ou púlpito para pregar, ao estilo das mesquitas; ardiam dez enormes candelabros com cinquenta ou sessenta luzes cada um, além de muitas outras lâmpadas, e as mulheres estão colocadas em lugar separado do dos homens, alumiado de igual modo por uma profusão de luzes<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> Epígrafe encontrada depois do terramoto de 1 de Novembro de 1755 e levada para Beja pelo bispo Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Seria mais tarde transferida para o Museu Arqueológico de Évora, fundado por este, já arcebispo da arquidiocese de Évora. Em 12 de Abril de 1944 foi depositada pelo Museu Regional de Évora no Museu Luso-Hebraico Abraham Zacuto. *Comunidade Judaica Masorti de Lisboa* [em linha]. Disponível no endereço da URL em <<http://www.beitIsrael.org/?p=203>> [consult. em 9 de Abr. 2012]; *Sinagoga de Tomar*. Tomar: Sinagoga, [s.d.]. p. [8-9].

<sup>61</sup> ANTT - *Estremadura*. Liv. 10, fl. 134v. e Liv. 11, fls. 31-34.

<sup>62</sup> Terá nascido em Feldkirch (Vozelberg), cursou Medicina na Universidade de Pavia, onde adquiriu o grau de doutor em 1479, com cerca de 20 anos. Desde 1480 residiria em Nuremberga, onde exerceu a sua profissão. Em 1484, com uma peste na cidade, decidiu fazer uma viagem pela Península Itálica. Motivo idêntico levou-o a idêntica empresa, dez anos depois, na companhia de três amigos, conhecedores de línguas estrangeiras, com quem visitou várias povoações alemãs, suíças, francesas, espanholas e portuguesas. Morreria a 27 de Agosto de 1508, com uma idade próxima dos cinquenta anos. A sua viagem pelas Hispânia situou-se entre 17 de Setembro de 1494 e 9 de Fevereiro de 1495. Cf. PUYOL, Julio - *Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495* [em linha]. In *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1924. Tomo 84, p. 35. <http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/jeronimo-munzer-viaje-por-espana-y-portugal-en-los-años-1494-y-1495/> . [consultado em 26 Abr. 2013].

<sup>63</sup> Apud TAVARES, Maria José Ferro - *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010. p. 33.

A sinagoga da Judiaria Nova ou das Taracenas aparece já referida numa carta de D. Dinis, datada de 7 de Dezembro de 1302. Trata-se da doação a D. Judas, rabi mor dos judeus, por D. Dinis, D. Isabel, sua mulher, e pelo infante D. Afonso de um *curral das tendas régias* de Lisboa situado *en na testa con a sinagoga a par da Çapataria*<sup>64</sup>.

Nos anos de 1373 e 1374, seria objecto de construção uma nova sinagoga, na Judiaria de Alfama, por mandado de Samuel Ouriço, porém sem a prévia e necessária autorização régia. A queixa foi apresentada pelo procurador do rei, referindo:

*... que era dereito que nenhum judeu nom fizesse nem começasse a fazer sinagoga nova sem mandado do senhor da terra, e se a fizer ou começar a fazer que pague cinquenta libras d'ouro pera nós [rei] e a livra ha de seer de lxxij dinheiros d'ouro. E dizia que os dictos judeus da cumuna da dicta cidade fizerom a dicta sinagoga sem nosso mandado pella qual cousa cairom na dicta pena.*

Em face da queixa apresentada, D. Fernando obrigou a Comuna de Judeus, através de Lazaro Benefecto, seu procurador, ao pagamento de 50 libras de ouro de multa, mandando igualmente que a dita sinagoga não funcionasse como tal, *porque se mostra per as testemunhas que a dicta sinagoga sta em lugar que se torvam as oras na igreja de Sam Pedro*<sup>65</sup>. Todavia, por insuficiência de provas, o monarca absolveu a Comuna, sob a condição de não usarem o edifício para sinagoga e o seu procurador foi autorizado pelo rei, caso quisesse manter a demanda, a citar Samuel Ouriço que a mandou construir sem ter requerido permissão para tal<sup>66</sup>.

De facto, os judeus de Alfama foram obrigados a encerrar a sua nova sinagoga, dado não possuírem autorização régia para a sua construção. Contudo, ficaram isentos, por mercê régia<sup>67</sup>, do pagamento da referida multa de 50 libras de ouro, de setenta e dois dinheiros de ouro cada uma, pena em que incorreram por desobediência à lei. Desconhecemos o desfecho do processo e tampouco se a sinagoga chegaria a encerrar, uma vez que, em finais do século

<sup>64</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 3, fl. 21v. 1302, Dez. 7.

<sup>65</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fl. 53v.-54. 1379 Novembro 21.

<sup>66</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 41.

<sup>67</sup> ANTT - *Chancelaria de D. Fernando*. Liv. 2, fls. 53v-54.

XV, a sinagoga de Alfama mantinha a mesma localização, junto da torre de São Pedro<sup>68</sup>.

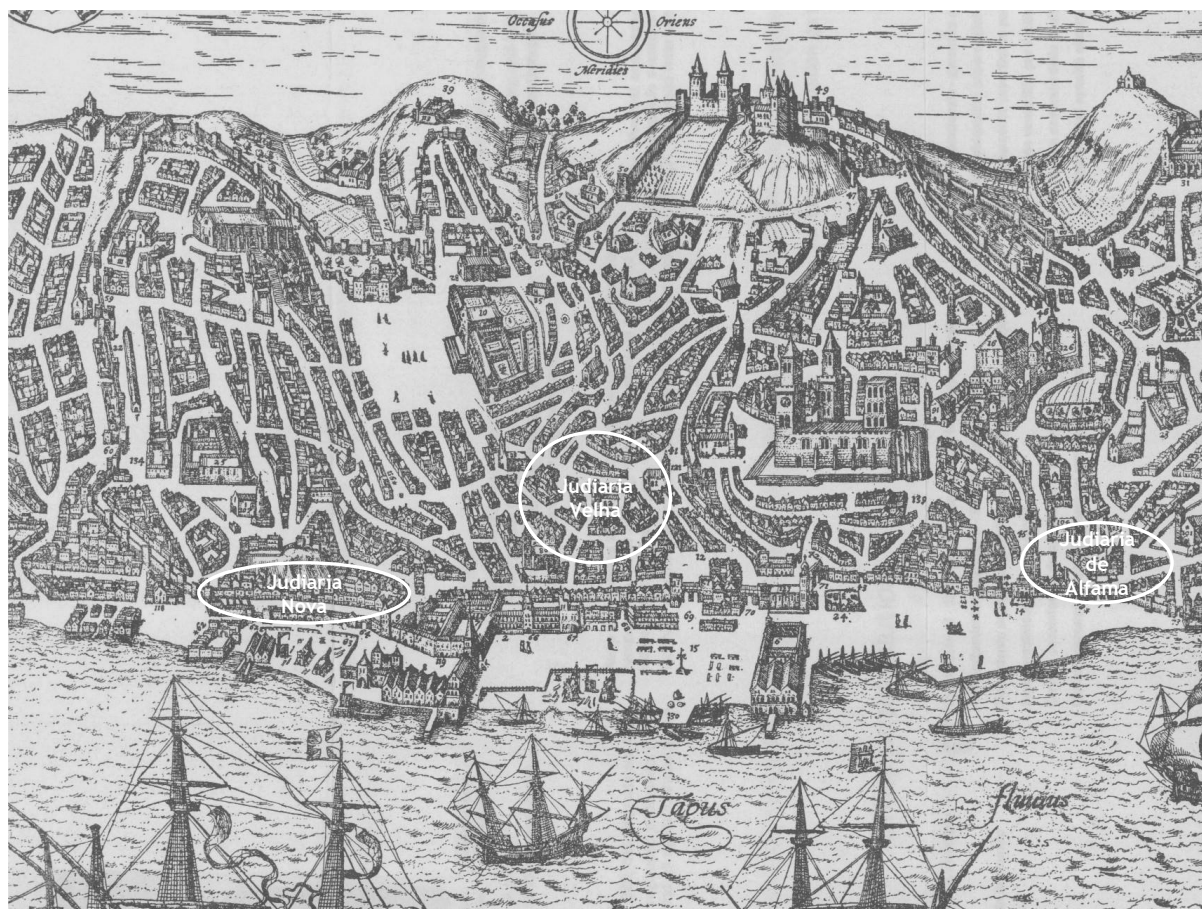
Apesar de cada judiaria ser objecto do governo de uma comuna, na verdade, o seu território integrava um concelho cristão, com um senhor, o rei no caso de Lisboa, e múltiplos proprietários: para além do monarca, o concelho, a Igreja, cristãos e judeus particulares e a própria comuna<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> TAVARES, Maria José Ferro - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000]. p. 60.

<sup>69</sup> IDEM - *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010. p. 39.

## Perspectiva de Lisboa, de Jorge Bráunio (1593) Judiarias de Lisboa medieval



### Conclusão

O crescimento populacional na cidade de Lisboa, associado à complexificação da administração municipal, assim como o aumento das questões jurídicas, obrigaram, em 1295, à eleição de mais dois alvazis, duplicando o seu número de dois para quatro. Dois ocupavam-se das causas ordinárias, competindo aos restantes as questões dos judeus e dos agentes do fisco com os vizinhos da cidade de Lisboa<sup>70</sup>. Na base deste aumento encontra-se, aliás, o pedido do rabi mor dos judeus. Ocupavam o cargo, então, Afonso Martins, António Martins, Estêvão Anes, Pedro Martins Bulhão e Vasco Martins.

A comunidade judaica de Lisboa seria certamente já numerosa, sendo, muito provavelmente, anterior à reconquista cristã da cidade, apesar de

<sup>70</sup> AHML - Livro dos Pregos. fl. 18.

conhecemos a primeira referência à judiaria de Lisboa apenas em 1175, numa alusão à Judiaria Grande.

Na cidade surgiram três judiarias nos séculos XII a XIV, tendo cada uma no seu interior, pelo menos, a sua sinagoga, testemunhos da segregação espacial vivida pela comunidade judaica de Lisboa, a exemplo de outras cidades e vilas do reino. Uma opção pela vivência no seio da comunidade, partilhando solidariedades horizontais e verticais, que se tornaria obrigatória, sobretudo a partir do reinado de D. Pedro, mormente das Cortes de Elvas de 1361.

De fora deste estudo ficaram a comuna e o arrabiado-mor, este natural e maioritariamente presente na cidade de Lisboa onde a corte permanecia a maior parte do ano, como aconteceria sobretudo desde o reinado de D. Dinis. O seu estudo é igualmente importante, mas talvez menos inovador, tendo-lhe dedicado grande atenção sobretudo Maria José Ferro Tavares.

De maior relevo seria o estudo da comunidade judaica de Lisboa, objectivos a que nos propusemos inicialmente e para o qual efectuámos já grande pesquisa, aguardando, porém, outra oportunidade para o desenvolvermos, assim como necessitará de maior dimensão do que este que ora apresentamos. Fica pois, deste modo, expresso o desejo de voltarmos à cidade de Lisboa para o estudo da comunidade judaica ou a expectativa de que outros o desenvolvam, carecendo ainda a historiografia portuguesa de importantes estudos votados à reconstituição das comunidades judaicas locais e às relações que estas estabelecem entre si.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes impressas

CASTRO, João Bautista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. e aument. Lisboa : Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1763. Tomo 3.

*Chronicon de Sampiro*. In *España Sagrada*, tomo XIV, P. M. Fr. Enrique Florez, 1786.

FERRO, Maria José Pimenta - Apêndice. *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa : Instituto de Alta Cultura, 1970. P. 142-323.

*Ordenações Afonsinas*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Liv. II, p. 3-44.

MARQUES, A.H.de Oliveira, ed. - *Chancelarias Portuguesas : D. Pedro I*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

MARQUES, João Silva - *Descobrimentos Portugueses*. Lisboa : 1945. Suplemento ao vol. 1, p. 6-7.

NASCIMENTO, Aires Augusto - *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Lisboa : Vega, 2001.

PUYOL, Julio - Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495 [em linha]. *Boletín de la Real Academia de la História*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1924. Tomo 84, p. 35. Disponível através do endereço da URL em <<http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/jeronimo-munzer-viaje-por-espana-y-portugal-en-los-anos-1494-y-1495/>> [consultado em 26 Abr. 2013].

### Bibliografia Sumária

ALMEIDA, A. A. Marques de, dir. cient. - *Mercadores e gentes do trato : Dicionário dos Sefarditas Portugueses*. Lisboa : Campo da Comunicação, 2009.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. preparada e dirigida por Damião Peres. Porto : Portucalense Editora, 1967. Vol. 1.

AMADOR DE LOS RIOS, José - *Historia social política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. Madrid, 1875. Vol. 1.

BARROS, Henrique da Gama - «Comunas de Judeus e Comunas de Mouros». *Revista Lusitana*. Lisboa, 1937. vol. 34., 259-260.

BARROS, Maria Filomena - «Lisboa: época medieval e moderna». In: MUCZNICK, Lúcia Liba, coord. - *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009. p. 314-317.

FARELO, Mário Sérgio da Silva - *A oligarquia camarária de Lisboa : 1325-1433*. Lisboa : policopiado, 2008.

- HOUAISS, Antônio ; VILLAR, Mauro - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2002.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2005.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, coord. - *Os Judeus portugueses entre os descobrimentos e a diáspora*. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1994.
- SILVA, Augusto Vieira da - *A Cêrca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Câmara Municipal, 1987.
- - *As freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*. Lisboa: Câmara Municipal, 1943.
- - «A judiaria Velha» e «A Judiaria Nova e Tercenas». *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. Vol. 1, p. 203-239 e vol. 2, p. 5-35, respectivamente.
- SILVA, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- SINAGOGA DE TOMAR. Tomar: Sinagoga, [s.d.]. p. [8-9].
- SCHWARZ, Samuel - *Inscrições hebraicas em Portugal. Sep. da Arqueologia e História*.
- TAVARES, Maria José Ferro - *A herança judaica em Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2004.
- - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Guimarães Editores, [2000].
- - *Los Judíos en Portugal*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- - *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010.